

**JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO**

# **O ESTADO EM JUÍZO NO NOVO CPC**



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
*Copyright* © 2016 by  
**EDITORA ATLAS LTDA.**  
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770  
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).  
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatoses o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Fechamento desta edição: 25.05.2016
- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C324e

Carvalho Filho, José dos Santos

O estado em juízo no novo CPC / José dos Santos Carvalho Filho. – São Paulo: Atlas, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-00723-7

1. Direito processual civil. I. Título.

16-32891

CDU: 347.91/95(81)

# Sumário

.....

<b>1</b>	<b>COMPETÊNCIA</b> .....	1
1.1	Entidades federais .....	2
1.2	Entidades autárquicas e fundações .....	3
1.3	Conselhos de fiscalização de atividade profissional .....	5
1.4	Posição processual.....	7
1.5	Exceções .....	8
1.6	Cumulação de pedidos .....	9
1.7	Exclusão do ente federal.....	10
<b>2</b>	<b>COMPETÊNCIA DE FORO</b> .....	13
2.1	União na qualidade de autora.....	15
2.2	União na qualidade de ré .....	15
2.3	Estado e Distrito Federal autores .....	16
2.4	Estado e Distrito Federal réus.....	17
2.5	Prorrogação da competência .....	17
<b>3</b>	<b>SERVENTIAS NOTARIAIS E DE REGISTRO</b> .....	19
3.1	Cartórios de notas e de registros .....	19

3.2	Natureza jurídica das serventias.....	20
3.3	Sede da serventia.....	22
3.4	Competência para ação de reparação de dano.....	23
3.5	Atos em virtude do ofício.....	24
<b>4</b>	<b>CAPACIDADE DE SER PARTE E DE ESTAR EM JUÍZO ....</b>	<b>25</b>
4.1	Capacidade de ser parte e de estar em juízo.....	25
4.2	Personalidade judiciária.....	26
4.3	Pessoas e órgãos públicos.....	27
<b>5</b>	<b>REPRESENTAÇÃO DOS ENTES PÚBLICOS.....</b>	<b>31</b>
5.1	Representação e capacidade processual.....	32
5.2	União Federal.....	33
5.3	Demais entes federativos.....	33
5.4	Autarquias e fundações de direito público.....	35
<b>6</b>	<b>REPRESENTAÇÃO DAS PESSOAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....</b>	<b>37</b>
6.1	Administração Indireta.....	38
6.2	Representação judicial.....	38
<b>7</b>	<b>REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DELEGADA .....</b>	<b>41</b>
7.1	Delegabilidade da representação.....	41
7.2	Compromisso recíproco e convênio.....	42
7.3	Requisitos do convênio.....	43
7.4	Municípios .....	44
7.5	Atos processuais .....	46
<b>8</b>	<b>DEVERES DOS PROCURADORES .....</b>	<b>47</b>
8.1	Deveres das partes e dos procuradores .....	47
8.2	Advogados e procuradores .....	49
8.3	Responsabilidade disciplinar .....	50
<b>9</b>	<b>EXPRESSÕES OFENSIVAS.....</b>	<b>51</b>
9.1	Expressões ofensivas .....	52
9.2	Destinatários do preceito .....	53
9.3	Efeitos .....	53

<b>10 HONORÁRIOS DEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA .....</b>	<b>57</b>
10.1 Alteração de critérios.....	59
10.2 Faixas de incidência .....	60
10.3 Particularidades na incidência .....	61
10.4 Cálculo de honorários mais elevados.....	61
10.5 Aplicabilidade da incidência.....	62
10.6 Honorários e expedição de precatórios.....	63
10.7 Base de incidência de menor valor .....	64
<b>11 HONORÁRIOS DOS ADVOGADOS PÚBLICOS.....</b>	<b>67</b>
<b>12 DESPESAS PROCESSUAIS.....</b>	<b>71</b>
12.1 Critério básico .....	72
12.2 Perícias: entidades públicas.....	74
12.3 Perícias: adiantamento de honorários .....	75
12.4 Inexistência de previsão orçamentária .....	76
<b>13 PERÍCIA EM HIPÓTESE DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA.....</b>	<b>79</b>
13.1 Regra geral para despesas com a perícia.....	80
13.2 Custeio da perícia.....	81
13.3 Execução de despesas efetuadas .....	82
13.4 Fundo de custeio da Defensoria Pública.....	83
<b>14 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.....</b>	<b>85</b>
14.1 Fundos de modernização .....	85
14.2 Entes instituidores.....	86
14.3 Efeitos da norma .....	87
<b>15 MULTA REVERTIDA EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA .....</b>	<b>89</b>
15.1 Pedido de gratuidade .....	89
15.2 Efeitos da revogação do benefício.....	90

15.3	A destinação da multa .....	91
15.4	Repercussão processual .....	92
<b>16</b>	<b>CÂMARAS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO .....</b>	<b>95</b>
16.1	Solução consensual de conflitos .....	96
16.2	Câmaras de mediação e conciliação .....	97
16.3	Municípios .....	98
16.4	Conflitos interpessoais e interorgânicos .....	98
16.5	Avaliação da admissibilidade .....	99
16.6	Termo de ajustamento de conduta .....	100
<b>17</b>	<b>FAZENDA PÚBLICA E MINISTÉRIO PÚBLICO .....</b>	<b>103</b>
17.1	Ministério Público no processo .....	103
17.2	Participação da Fazenda Pública .....	104
17.3	Avaliação do interesse público e social .....	105
<b>18</b>	<b>A ADVOCACIA PÚBLICA .....</b>	<b>109</b>
18.1	Representação judicial .....	111
18.2	Fundações governamentais .....	112
18.3	Prazo .....	113
18.4	Intimação pessoal .....	114
18.5	Prazos em leis específicas .....	115
18.6	Responsabilidade civil .....	117
<b>19</b>	<b>SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS E ATRIBUIÇÕES .....</b>	<b>119</b>
19.1	Suspensão do prazo processual .....	119
19.2	Atribuições no período .....	121
<b>20</b>	<b>VERIFICAÇÃO DE PRAZOS E PENALIDADES .....</b>	<b>123</b>
20.1	Restituição de autos e efeitos .....	124
20.2	Comunicação à OAB .....	126
20.3	Aplicação da multa .....	126
20.4	Procedimento disciplinar .....	127

<b>21</b>	<b>CITAÇÃO DOS ENTES PÚBLICOS</b> .....	129
21.1	Representação judicial.....	129
21.2	Citação.....	130
21.3	Citação inválida.....	131
<b>22</b>	<b>CADASTRO NOS SISTEMAS DE PROCESSO ELETRÔNICO</b> .....	133
22.1	Citação por meio eletrônico.....	133
22.2	Cadastramento.....	134
22.3	Entes destinatários.....	135
<b>23</b>	<b>INTIMAÇÃO DOS ENTES PÚBLICOS</b> .....	137
23.1	Intimação.....	138
23.2	Intimação dos entes públicos.....	139
<b>24</b>	<b>INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO</b> .....	141
24.1	Intimação por meio eletrônico.....	141
24.2	Cadastramento no sistema de processo eletrônico.....	142
<b>25</b>	<b>RETIRADA DOS AUTOS</b> .....	143
25.1	Intimações sem meio eletrônico.....	144
25.2	Retirada de autos.....	144
<b>26</b>	<b>PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS: COMPETÊNCIA</b> .....	147
26.1	Produção antecipada de provas.....	148
26.2	Competência do juízo estadual.....	149
<b>27</b>	<b>REQUISIÇÃO DE CERTIDÕES E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS</b> .....	151
27.1	Requisição do juiz.....	152
27.2	Certidões.....	153
27.3	Processo administrativo.....	155
27.4	Procedimento.....	156
27.5	Documentos em meio eletrônico.....	157
27.6	Extensão e limites da requisição.....	157

<b>28</b>	<b>PROVA TESTEMUNHAL: INQUIRIÇÕES ESPECIAIS.....</b>	159
28.1	Testemunhas: autoridades públicas .....	161
28.2	Procedimento.....	163
<b>29</b>	<b>DA REMESSA NECESSÁRIA .....</b>	165
29.1	Remessa necessária .....	167
29.2	Sentença contra entes públicos.....	169
29.3	Procedência de embargos à execução fiscal.....	171
29.4	Procedimento da remessa .....	172
29.5	Inaplicabilidade em razão do valor.....	172
29.6	Inaplicabilidade em razão da matéria.....	174
<b>30</b>	<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA: DEVER DO ESTADO DE PAGAR QUANTIA CERTA .....</b>	177
30.1	Cumprimento da sentença.....	178
30.2	Demonstrativo do crédito .....	179
30.3	Pluralidade de exequentes.....	179
30.4	Multa pelo não pagamento .....	181
<b>31</b>	<b>IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO PELA FAZENDA .....</b>	183
31.1	Impugnação à execução .....	186
31.2	Arguições na impugnação.....	188
31.3	Impedimento ou suspeição.....	190
31.4	Procedimento de satisfação do crédito.....	191
31.5	Impugnação parcial.....	192
31.6	Inexigibilidade em razão de inconstitucionalidade.....	192
<b>32</b>	<b>MANDADO LIMINAR EM AÇÃO POSSESSÓRIA.....</b>	197
32.1	Mandado liminar .....	198
32.2	Ação possessória contra pessoas públicas.....	199
<b>33</b>	<b>LITÍGIOS COLETIVOS PELA POSSE DE IMÓVEL.....</b>	201
33.1	Posse de imóvel e litígios coletivos.....	202
33.2	Órgãos de política urbana e agrária.....	203



<b>34</b>	<b>LEGITIMIDADE PARA REQUERER O INVENTÁRIO.....</b>	<b>205</b>
34.1	Legitimidade concorrente para inventário .....	205
34.2	Legitimidade da Fazenda Pública .....	206
<b>35</b>	<b>INTIMAÇÃO DA FAZENDA: PRIMEIRAS DECLARAÇÕES .....</b>	<b>209</b>
35.1	Primeiras declarações .....	210
35.2	Convocados para o processo .....	210
35.3	Intimação da Fazenda Pública.....	211
<b>36</b>	<b>DADOS DO CADASTRO IMOBILIÁRIO .....</b>	<b>213</b>
36.1	Conclusão das citações .....	213
36.2	Cadastro imobiliário.....	214
<b>37</b>	<b>DISPENSA DA AVALIAÇÃO .....</b>	<b>217</b>
37.1	Anuência com avaliação.....	218
37.2	Anuência da Fazenda Pública.....	218
37.3	Anuência dos herdeiros.....	219
<b>38</b>	<b>MANIFESTAÇÃO SOBRE O CÁLCULO DO TRIBUTO.....</b>	<b>221</b>
38.1	Cálculo do imposto.....	221
38.2	Oitiva da Fazenda.....	222
<b>39</b>	<b>JULGAMENTO DA PARTILHA .....</b>	<b>225</b>
39.1	Julgamento da partilha .....	226
39.2	Garantia do pagamento tributário .....	227
<b>40</b>	<b>DO ARROLAMENTO .....</b>	<b>229</b>
40.1	Processo de arrolamento .....	230
40.2	Lançamento administrativo.....	231
<b>41</b>	<b>AÇÃO MONITÓRIA .....</b>	<b>233</b>
41.1	Conceito e natureza da ação monitoria.....	234
41.2	Ação monitoria contra a Fazenda Pública .....	235
41.3	Inércia da Fazenda Pública .....	236

<b>42</b>	<b>FAZENDA PÚBLICA NA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....</b>	<b>237</b>
42.1	Procedimentos de jurisdição voluntária .....	237
42.2	Oitiva da Fazenda Pública.....	239
<b>43</b>	<b>FAZENDA PÚBLICA E HERANÇA JACENTE.....</b>	<b>241</b>
43.1	Herança jacente .....	242
43.2	Procedimento de arrecadação .....	244
43.3	Arrecadação e Fazenda Pública.....	244
<b>44</b>	<b>FAZENDA PÚBLICA E ALIENAÇÃO DE BENS ARRECA- DADOS .....</b>	<b>247</b>
44.1	Alienação de bens na herança jacente .....	248
44.2	Fazenda Pública e preservação dos bens.....	250
<b>45</b>	<b>REGRESSO DO AUSENTE.....</b>	<b>251</b>
45.1	Editais após arrecadação .....	252
45.2	Retorno de ausentes ou sucessores .....	253
<b>46</b>	<b>TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS .....</b>	<b>257</b>
46.1	Títulos executivos.....	258
46.2	Instrumento de transação .....	259
46.3	Certidão de dívida ativa .....	260
<b>47</b>	<b>PENHORA DE BENS .....</b>	<b>261</b>
47.1	Ordem de penhora.....	261
47.2	Títulos da dívida pública.....	263
<b>48</b>	<b>ALIENAÇÃO DE BEM TOMBADO .....</b>	<b>265</b>
48.1	Alienação judicial.....	265
48.2	Tombamento.....	267
48.3	Alienação de bem tombado .....	268
<b>49</b>	<b>LEILÃO DE BEM TOMBADO .....</b>	<b>271</b>
49.1	Pagamento na arrematação.....	272
49.2	Direito de preferência .....	273

<b>50 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA .....</b>	<b>275</b>
50.1 Débitos da Fazenda Pública no regime constitucional ....	277
50.2 Fazenda Pública.....	278
50.3 Natureza da execução .....	279
50.4 Citação .....	279
50.5 Embargos.....	280
50.6 Definição do débito.....	281
50.7 Matéria de defesa.....	282
50.8 Remissão à execução por título judicial.....	282
<b>51 INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>285</b>
51.1 Controle difuso de constitucionalidade .....	286
51.2 Manifestação das pessoas de direito público .....	288
51.3 Legitimados às ações de natureza constitucional.....	289
51.4 Intervenção do <i>amicus curiae</i> .....	290
<b>52 AÇÃO RESCISÓRIA.....</b>	<b>293</b>
52.1 Pedidos na petição inicial.....	294
52.2 Inaplicabilidade do depósito.....	296
<b>53 PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO .....</b>	<b>299</b>
53.1 Recursos e contagem do prazo .....	300
53.2 Intimação em audiência .....	301
53.3 Decisão antes da citação.....	302
<b>54 DISPENSA DO PREPARO DE RECURSOS .....</b>	<b>303</b>
54.1 Preparo dos recursos.....	304
54.2 Dispensa de preparo .....	305
<b>55 AGRAVO INTERNO .....</b>	<b>307</b>
55.1 Agravo interno.....	308
55.2 Multa como condição para recurso .....	310

<b>56 RECURSO ORDINÁRIO: STJ E MUNICÍPIO .....</b>	<b>313</b>
56.1 Recurso ordinário .....	314
56.2 Município como parte .....	315
<b>57 CADASTRAMENTO DE PESSOAS E ÓRGÃOS PÚBLI- COS .....</b>	<b>317</b>
57.1 Processos em autos eletrônicos .....	318
57.2 A imposição de cadastramento .....	318
57.3 Empresas públicas e privadas .....	319
<b>58 VEDAÇÃO DE LIMINAR.....</b>	<b>321</b>
58.1 Tutela provisória.....	321
58.2 Tutela provisória contra a Fazenda .....	323
<b>59 TOMBAMENTO E DIREITO DE PREFERÊNCIA .....</b>	<b>327</b>
59.1 Tombamento.....	327
59.2 Efeitos do tombamento .....	328
59.3 Direito de preferência .....	329
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>331</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....</b>	<b>335</b>